

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 687/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1663/2012 – 5 VOLUMES.**Apensos:** Processos nºs 2612/2012; 4352/2011; 4354/2011; 4355/2011; 3374/2012.**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Fundo Municipal de Saúde - FMS.**4- Exercício:** 2011.**5- Responsáveis:** Francisco Deodato Guimarães - Secretário Municipal de Saúde e do Sr. Orestes Guimarães de Melo Filho – Ordenador de Despesas.**6- Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo 08/2014-DICAD-MA (fls. 976/996).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2826/2014-MP-ELCM, (fls. 1007/1021), da lavra da Procuradora de Contas Dra. Elizângela Lima Costa Marinho.**8- Relatora:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde – FMS. Exercício de 2011.*Contas regulares com ressalvas. Recomendação à origem. Arquivamento de processos apensos.***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/A, **à unanimidade**, nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, em parcial consonância com o posicionamento exarado pelo Órgão Ministerial:

9.1 - Julgar REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas Anuais do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2011 de responsabilidade do Sr. Francisco Deodato Guimarães - Secretário Municipal de Saúde e do Sr. Orestes Guimarães de Melo Filho – Ordenador de Despesas, de acordo com artigo 22,II, c/c art. 24 da Lei 2423/96;

9.2 - Recomende a origem que:

- No momento de transmissão dos dados via magnética (ACP-NET) a esta Corte de Contas, confira as informações e registro contábeis a serem agendados, antes de confirmar sua geração via sistema ACP/CAPTURA/TCE, no sentido de evitar falhas dessa natureza no futuro, sob pena de não ser acatada por este Tribunal, por reincidência na geração de dados de forma divergente, sujeito a atribuição de multas.
- Realize o adequado levantamento de custo e viabilidade com vista a identificar a opção mais vantajosa para administração no que se refere a locação/compra de veículos, evitando comprovadamente a prática de possível ato antieconômico;
- Que observe nas futuras contratações a cotação com pelo menos 3 fornecedores na fase de preparação para licitação ou contratação direta.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 687/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3- Promover o arquivamento dos processos nº 4352/2011, 4354/2011 e 4355/2011 (Representações) e 3374/2012 (Informação Complementar).

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de novembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral